

**UM INSTANTE DA PRESENÇA POLÍTICA E SINDICAL DOS PROFESSORES MARANHENSES
NA HISTÓRIA SOCIAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (1985-1986)**

BAUER, Carlos^{1*}; DANTAS, Vanessa Amorim^{1}**

¹Universidade Nove de Julho
professorcarlosbauer@gmail.com*
vanessa_pedagoga@hotmail.com**

RESUMO

Lançando mão de fontes primárias provenientes de matérias jornalísticas, fotografias, entrevistas e documentos sindicais, o artigo tem como objetivo reconstruir os caminhos da primeira greve dos professores públicos maranhenses, de forma crítica e contextualizada, além de trazer à tona alguns aspectos da trajetória histórica da formação e da consolidação do movimento docente no Maranhão, identificando as condições objetivas e subjetivas que desencadearam as

mobilizações contra o patronato governamental. Esse movimento paredista foi deflagrado em 1º de novembro de 1985, com adesão de perto de cem por cento da categoria pertencente aos quadros da rede estadual de ensino e contou com o destacado papel da Associação de Professores do Estado do Maranhão na urdidura e no desenvolvimento desse significativo instante histórico educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo. História da educação. Maranhão. Sindicalismo. Professor.

**AN INSTANT OF THE POLITICAL AND UNION PRESENCE OF MARANHENS TEACHERS
IN THE SOCIAL HISTORY OF BRAZILIAN EDUCATION (1985-1986)**

ABSTRACT

Using primary sources from news stories, photographs, interviews and union documents, the article aims to reconstruct the paths of the first strike of public teachers in Maranhão, in a critical and contextualized way, besides bringing to light some aspects of the historical trajectory of the formation and consolidation of the teaching movement in Maranhão, identifying the objective and subjective conditions that triggered the

mobilizations against the governmental patronage. This wallista movement was triggered on November 1, 1985, with membership of close to one hundred percent of the category belonging to the cadres of the state education network and counted on the outstanding role of the Association of Teachers of the State of Maranhão in the warp and in the development of this significant historical educational moment.

KEYWORDS: Associativism. History of education. Maranhão. Syndicalism. Teacher.

**UN INSTANTE DE LA PRESENCIA POLÍTICA Y SINDICAL DE LOS PROFESORES MARANHENSES
EN LA HISTORIA SOCIAL DE LA EDUCACIÓN BRASILEÑA (1985-1986)**

RESUMEN

A partir de fuentes primarias procedentes de materias periodísticas, fotografías, entrevistas y documentos sindicais, el artículo tiene como objetivo reconstruir los caminos de la primera huelga de los profesores públicos maranhenses, de forma crítica y contextualizada, además de traer a la superficie algunos aspectos de la trayectoria histórica de la formación y de la consolidación del movimiento docente en Maranhão, identificando las condiciones objetivas y subjetivas que

desencadenaron las movilizaciones contra el patronato gubernamental. Este movimiento de pareas fue desencadenado el 1 de noviembre de 1985, con adhesión de cerca del cien por ciento de la categoría perteneciente a los cuadros de la red estadual de enseñanza y contó con el destacado papel de la Asociación de Profesores del Estado de Maranhão, en la urdimbre y en el desarrollo de ese significativo instante histórico educativo.

PALABRAS CLAVE: Asociaciones. Historia de la educación. Maranhão. Sindicalismo. Profesor.

1 INTRODUÇÃO

Os presentes manuscritos integram as pesquisas que realizamos acerca do movimento político e sindical dos trabalhadores em educação da rede pública estadual maranhense, procurando trazer contribuições para a construção e o alargamento temático da história social da educação brasileira. Seu objetivo é o de reconstruir, de forma crítica e contextualizada, alguns aspectos da trajetória histórica da formação e da consolidação do movimento docente no Maranhão, identificando as condições objetivas e subjetivas que desencadearam as mobilizações contra o patronato governamental, desde a criação da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), até sua transição para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA).

Diante da pouquíssima incidência de estudos analíticos sobre o movimento associativista e sindical maranhense assumimos também a necessidade de apresentar um caráter informativo e mesmo descritivo da sua história política e social; carência essa nos dificulta ainda no estabelecimento de relações mais gerais entre o contexto micro e macroestrutural, entre o fato histórico narrado e as demais lutas, passadas e contemporâneas, travadas pelos trabalhadores da educação pública que atuam nessa unidade da federação.

O SINPROESEMMA é uma entidade ligada à educação pública e, na atualidade, o maior sindicato do Maranhão, assim, advogou-se que se faz necessário refletir sobre seu percurso histórico, atentando conhecer as lutas do magistério público maranhense. Neste sentido, este artigo tem a finalidade de reconstruir os caminhos da primeira greve dos professores públicos maranhenses, num contexto histórico e político de grande efervescência na sociedade brasileira, refletido em todas as unidades federativas do país e, nesse estado, com nítidos reflexos no enfrentamento ao conturbado governo de Luiz Rocha, nos anos de 1985 e 1986.

A APEMA foi criada em 29 de junho de 1976, após a participação de uma delegação de professores públicos maranhenses no XII Congresso Nacional de Professores, organizado pela Confederação de Professores do Brasil (CPB), realizado na cidade paranaense de Curitiba, no período de 31 de janeiro a 07 de fevereiro de 1976. Os registros sobre a entidade são escassos, contudo, da data de sua criação até o período de mudanças operadas na estrutura sindical

nacional, quando deixou o modelo associativista para o sindical, em 1989, tem-se observado incongruências em seu caráter combativo.

Também nos parece importante sinalizar que desenvolvemos os nossos estudos nos apoiando nos exames construídos pelos participantes da Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE), documentos oficiais da entidade, Estatutos do Magistério, realização de entrevistas, fontes jornalísticas, fotográficas e outros documentos que tratam das políticas educacionais e sindicais na contemporaneidade.

2 ASPECTOS DA GÊNESE DO SINDICALISMO DOCENTE MARANHENSE

A conjuntura política maranhense, ao longo dos anos, foi marcada por relações de caráter oligárquico. O complexo e debilitado nível de organização da sociedade civil culminou num sindicalismo de pouca expressão numérica e, politicamente, atrelado ao Estado. Os estudos de Arleth Borges (2008, p. 81), sobre as origens e organização do Partido dos Trabalhadores (PT), confirmam que

Apesar da ausência de uma relação mais estreita entre o PT e sindicalismo, como ocorreu em outros lugares do país, há que se registrar uma efêmera presença de sindicalistas no momento de fundação do partido no estado, [...] nessa experiência, o partido é que foi o elemento propulsor de um movimento sindical nos moldes do *novo sindicalismo* e não o contrário, decorrendo disso uma certa singularidade do PT no Maranhão.

Entre os sindicatos de base mais numerosa, aqueles com papel importante na organização dos trabalhadores, estão os do setor terciário ou de serviços, entre os quais podemos citar o sindicato dos motoristas, comerciários e bancários. Os funcionários públicos estaduais constituíam a maior categoria, mas, segundo Borges (2008, p. 85), “além do veto legal à sua organização sindical, padeciam de desarticulação política aguda e de difícil superação, agravada pelos padrões clientelistas de recrutamento para os empregos públicos”.

O sindicalismo rural maranhense, no entanto, teve maior expressão e remonta a década de 1950. A partir da Campanha Nacional para a obtenção de cinco milhões de assinaturas, em defesa de uma reforma agrária de caráter democrático, foram criadas às primeiras organizações de trabalhadores rurais no Maranhão, que vieram integrar a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade incentivada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Outro movimento maranhense de destaque foi o estudantil no qual teve participação importante no âmbito da política. Seu protagonismo, de acordo com Costa (2014), remonta a 1930, quando suas lutas eram centradas no processo de constituição do ensino superior e suas vozes ecoavam por meio de impressos acadêmicos. A capacidade mobilizadora desse segmento pode ser rememorada quando, em 1979, encabeçou a Greve da Meia-Passagem, tornando esse embate contra o governo o mais emblemático de sua história.

No curso da mobilização estudantil maranhense, ao da história, a participação e o apoio dos professores foram decisivos, vindo, poucos anos depois, em 1985, a eclodir a primeira e maior greve de professores públicos estaduais que teve o apoio recíproco do movimento estudantil.

3 O PRIMEIRO MOVIMENTO PAREDISTA

A agitação dos professores, desde os primeiros meses de 1985, antes mesmo da mobilização para a greve, começou a chamar atenção da imprensa maranhense e aquele momento destacado pelo jornalismo local era o prenúncio do que viria a se tornar o primeiro e um dos mais importantes movimentos de professores que eclodiu na história da educação do Maranhão.

A possibilidade de uma grande greve na rede estadual de ensino e sua efetivação foi noticiada diariamente por todos os meios de comunicação e, nos periódicos impressos, inúmeras notícias foram publicadas: “Professores ameaçam parar rede estadual de ensino no dia 15” (*O Imparcial*, 6 out. 1985, p. 5); “Professores do Estado exigem piso salarial” (*O Imparcial*, 11 ago. 1985, p. 2); “Professores dão ultimato ao Governo” (*O Imparcial*, 19 out. 1985, p. 5); “Greve ameaça as eleições em São Luís” (*O Imparcial*, 30 out. 1985, p. 2 e 5); “De barriga vazia mestre não vai à classe” (*O Imparcial*, 30 out. 1985, p. 2); “30 mil professores vão parar amanhã” (*Jornal Pequeno*, 31 out. 1985, p. 1) “Professores em Greve Geral” (*Jornal Pequeno*, 3 nov. 1985, p. 1); “Professores em passeata até os Leões” (*O Imparcial*, 7 nov. 1985, p. 7); “Passeata monstro dos professores para numa barreira de Policiais” (*O Imparcial*, 7 nov. 1985, p. 1); “Apelo de 10 mil barrados na praça” (*O Imparcial*, 7 nov. 1985, p. 2); “Mestres em compasso de espera” (*O Imparcial*, 12 nov. 1985, p. 7).

Em assembleia realizada no dia 05 de outubro na sede da APEMA, os professores decidiram realizar uma passeata no dia 10 de outubro de 1985 e, na oportunidade, entregariam à

secretária de educação um documento oficial da entidade contendo as reivindicações da categoria, sendo que as principais eram a concessão do piso salarial de três salários mínimos; o cumprimento do Art. 18 e 19, do Estatuto do Magistério que regia sobre o incentivo financeiro; enquadramento dos professores contratados pela Lei nº 4.277/81; reforma do Estatuto do Magistério; estabilidade no exercício do serviço público; hora-aula a 3,5% do salário mínimo, dentre outras (*O Imparcial*, out. 1985).

O ato do dia 10 de outubro contou com mais de mil professores que, gritando palavras de ordem, partiram em direção a Secretaria de Educação, e diziam: “um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos que Luiz Rocha viva com trezentos mil”. A secretária de educação, Leda Tajra, recebeu a notificação associativista e chegou a conversar com os professores, mas não deu nenhum posicionamento sobre os seus reclamos (*O Imparcial*, 11 out. 1985).

Imagem 1 – Ato do dia 10 de outubro de 1985 – APEMA



Fonte: *O Imparcial* (11 out. 1985, p. 2).

Como o governo não deu a resposta esperada pelo professorado, a assembleia, reunida no dia 18, decidiu por uma nova convenção agendada para 29 de outubro, quando deflagrariam greve geral em caso de omissão do governo à pauta salarial (*O Imparcial*, 19 out. 1985). Os professores tinham a expectativa que no dia 28 de outubro, dia do Servidor Público, o governador Luiz Rocha anunciasse o pagamento do piso à categoria, o que não ocorreu.

No registro fotográfico a seguir (Imagem 2), os professores estão reunidos em assembleia na Praça Deodoro, localizada no centro da capital maranhense, local emblemático de grandes manifestações políticas realizadas na cidade. As faixas e as palavras de ordem formavam

o pano de fundo para a assembleia em que a categoria decidiu por aclamação pela deflagração da primeira greve de professores da rede pública estadual.

Imagem 2 – Assembleia na Praça Deodoro – 29/10/1985



Fonte: *O Imparcial* (30 out. 1985, p. 1).

Finalmente, em 1º de novembro de 1985, a greve foi deflagrada com adesão de perto de cem por cento dos professores da rede de ensino público estadual da capital maranhense. E, segundo o *Jornal Pequeno*, o número de professores paralisados chegou a 40 mil distribuídos por todo o Estado (*Jornal Pequeno*, 1º nov. 1985).

Notas começaram a ser emitidas à sociedade pela APEMA no sentido de informar sobre os motivos do movimento paredista:

A Associação dos Professores do Estado do Maranhão APEMA lamenta profundamente o prolongamento da GREVE dos professores da rede oficial e explica à comunidade o seguinte: I – Até o momento, não houve uma contraproposta do Poder Executivo em relação à proposta apresentada pela categoria, que é o Piso de três salários mínimos. II – Os professores estão abertos ao diálogo e esperam uma definição urgente por parte do Governo pois, como educadores, estão preocupados com a falta de aula nas escolas. III – A comunidade estudantil e os pais dos nossos alunos estão solidários com o nosso movimento. IV – Há uma entrevista marcada da Diretoria da APEMA com o Poder Executivo para a próxima semana, onde, espera-se haja uma notícia satisfatória para a categoria. V – Quarta-feira, 13/11, haverá uma Assembléia Geral da classe, na FETIEMA, às 15 horas, para comunicar a contra-proposta do Governo aos professores. São Luís, 09 de novembro de 1985. Iani Viana de Carvalho Leão, vice-presidente (APEMA apud *Jornal Pequeno*, 10 nov. 1985, p. 2).

Por conta dos seus compromissos políticos e financeiros com o governo estadual, parte da imprensa criticou o movimento docente lançando notas em tom de censura e sobre os “prejuízos” causados pela situação instaurada, conforme o excerto abaixo reproduzido:

Alunos dos vários colégios de nossa cidade, inclusive dos bairros proletários, são os mais atingidos com esta interminável querela de professores com o Estado. Ninguém pode deixar de reconhecer os resultados negativos da greve dos professores, com razão dos alunos, principalmente, no período em que foi decretada. Enquanto professores reivindicam melhoria salarial, a classe estudantil vai perdendo, o ano letivo, dando exemplo dos mais negativos. Que haja greve conforme determina o nosso regime, contudo, que esta greve tem imediata solução sob pena de milhares de crianças e estudantes de bairros e da própria cidade serem prejudicados. (*Jornal Pequeno*, 7 nov. 1985, p. 3).

Pelo excerto jornalístico, acima reproduzido, percebe-se que parte da imprensa recriminava a greve deflagrada no fim do período letivo e argumentava de forma tendenciosa que o movimento ocorresse de acordo com a lei. Isso porque nesse período da história brasileira os servidores públicos não tinham o direito legal de organização sindical, tão pouco de realizar manifestações públicas e paralisações desta envergadura. De acordo com a professora Maria Dolores Silva, em entrevista que nos concedeu:

[...] essa greve foi importante porque ela teve uma repercussão muito grande. Na época a repressão era muito grande, a repressão por conta da ditadura militar, mas, essa greve, ela conseguiu aparecer na imprensa. A imprensa era uma imprensa voltada para os interesses do Estado Ditatorial na época. Mas, ela conseguiu fazer a imprensa discutir, não sei se discutir, mas, pelo menos informar, fazer informações diárias dessa greve. (Entrevista concedida em: 15 jan. 2016).

A professora Maria Dolores Silva integrava os quadros da Central Única dos Trabalhadores no Maranhão (CUT-MA), que estava dando apoio em todos os movimentos grevistas da época, também por essa questão política esteve presente na greve de 1985, e em suas memórias, recordou desse importante momento político e sindical com as seguintes palavras:

Me lembro muito bem de uma frase do então governador da época né?! Que desvalorizava absolutamente o trabalho dos professores e na rádio, em uma das rádios aqui da capital ele disse o seguinte: - as professoras, ele nem usou o termo os professores porque eu creio que 98% eram mesmo professoras; - As professoras do Maranhão não merecem um salário melhor do que ganham porque se quer elas sabem falar. Então isso teve uma repercussão enorme né?! uma repercussão que certamente fez a sociedade se por contra o governo, né?! porque a sociedade colocava na conta do governo a falta de formação dos professores, né?! me lembro muito bem disso... houve outras greves, mas, essa aí foi uma greve que envolveu uma repercussão muito grande na sociedade. (Entrevista concedida em: 15 jan. 2016).

Mesmo com o apoio do aparato de parte da imprensa que foi colocado à sua disposição, o governo não conseguiu colocar a sociedade contra o professorado, conforme observado no depoimento da professora Maria Dolores Silva e nas informações coletadas, senão, vejamos:

“Solidário a causa dos professores”, disse o comerciante Antonio Santos, em matéria intitulada “De barriga vazia os professores não tem condições de dar aula aos nossos filhos” (*O Imparcial*, 1º nov. 1985, p. 1).

Por sua vez, a professora Iani Viana de Carvalho Leão, vice-presidente da APEMA, nesse período, publicou na edição de 12 de novembro uma carta endereçada aos *leitores de O Imparcial* (1º nov. 1985, p. 7), na qual afirmou: “o educador maranhense após tentar todo tipo de estratégia para sensibilizar o Governo, está em greve, movido por muitas circunstâncias, mas é principalmente pela fome”.

No dia 6 de novembro, um ato com 10 mil professores foi realizado no centro de São Luís, e, em caminhada rumo ao Palácio dos Leões, os grevistas foram impedidos de avançar pelas tropas de choque da Polícia Militar do Estado.

Imagem 3 – Ato com 10 mil professores durante a Greve de 1985



Fonte: *O Imparcial* (7 nov. 1985, p. 1).

Na Imagem 3, em que aparecem alguns professores protestando contra a carestia daqueles dias, sentados ao chão e rodeados por um impressionante número de policiais, corrobora com o depoimento da docente Raimunda Rilma Melo de Carvalho:

Eu não sei de onde foi que a gente saiu... que quando a gente chegou bem ali na frente da Praça João Lisboa... [...] a polícia vinha de lá do Palácio pra cá né? Aí eu não me lembro quem era a pessoa que tava comandando, eu sei que um era um homem, e ele disse assim: - Senta todo mundo no chão em silêncio, aí todo mundo ficou sentado no chão; aí a polícia ficou assim... todo mundo sentado lá no chão, aí de repente, não sei quem foi, começou a cantar o hino nacional. (Entrevista concedida em: 20 jan. 2016).

A professora Lucimá Goes, segundo o relato, tentou intervir junto ao coronel da Polícia Militar (PM), para que a categoria conseguisse avançar até o Palácio dos Leões (sede do governo maranhense), mas isso não ocorreu.

No dia seguinte, questionada, pela redação de *O Imparcial* sobre a situação da greve, a educadora Lucimá Goes assegurou que o movimento estava crescendo visto que muitas cidades estavam informando, por intermédio de telefonemas, a sua adesão. Declarou ainda que na “tentativa de abrir um diálogo, a APEMA já mandou telegrama ao presidente Sarney pedindo que ele interceda junto ao Governo Estadual objetivando o atendimento da categoria” (*O Imparcial*, 9 nov. 1985, p. 7). Isso pode explicar a chegada de Roseana Sarney para o papel de mediadora entre o Governo e a APEMA (*O Imparcial*, 19 nov. 1985).

Embora o movimento tivesse obtido grande força e expressão, foi na assembleia realizada no dia 14 de novembro que a categoria decidiu interrompê-lo:

Depois da audiência mantida com o governador do Estado, semana passada, os professores resolveram suspender o movimento grevista por dez dias, em caráter de ‘trégua’. A medida segundo a professora Lucimar, está baseada na determinação da categoria. (*O Estado do Maranhão*, 17 nov. 1985, p. 7).

Na realidade, o recomeço das aulas nos colégios públicos de 1º e 2º graus faz parte de uma trégua dada pela classe do magistério ao poder público com vistas ao atendimento de sua principal reivindicação, que é o estabelecimento de um salário piso de Cr\$ 1.8 milhão. A medida para os professores é entendida como ‘voto de confiança’. (*O Estado do Maranhão*, 14 nov. 1985, p. 7).

Em reunião com o comando de greve, o governador Luiz Rocha ratificou que o Estado não tinha condições de pagar o piso de três salários mínimos reivindicados pelos professores, o mesmo era “inviável”. Conforme apareceu noticiado pela imprensa, o governante contava com a possibilidade de, através do presidente José Sarney, conseguir recursos federais para responder aos pleitos dos professores (*O Imparcial*, 14 nov. 1985).

O presidente Sarney chegaria ao Maranhão no dia seguinte, e os representantes do governo garantiram viabilizar os recursos por essa via solicitando, assim, que a comissão da APEMA intercedesse junto à categoria por uma “trégua” ou, mesmo, um “voto de confiança” (*O Imparcial*, 24 nov. 1985, p. 2).

A matéria veiculada pelo *Jornal Pequeno* assegura que a suspensão da paralisação foi efetivada no dia 15 de novembro, e não agradou boa parte do professorado.

Antônio Adailto Melo de Carvalho, professor da Unidade Escolar Erasmo Dias, acha que os professores não deveriam ter voltado a sala de aula e que o movimento cedeu num momento mais importante, acrescentando ainda que a categoria não conseguiu nada e sofreu um grande desgaste. (*O Imparcial*, 24 nov. 1985, p. 2).

Na edição de *O Imparcial* desse mesmo dia, mais uma matéria foi publicada demonstrando a insatisfação dos professores da região tocantina:

A APEMA traiu os professores e agiu em detrimento de seus representados. ‘Rocha jamais cumprirá suas promessas’. Frases como estas foram a tônica dos pronunciamentos feitos pelos professores na assembléia realizada na última quinta-feira, quando a classe lamentou o fim do movimento paredista e decidiu retornar às salas de aula para não ser alvo de represálias por parte da máquina estadual que os emprega. Zelia do Vale, secretária da Associação Profissional de Imperatriz – APPI, foi arduamente ovacionada quando disse: ‘que a desarticulação da greve foi a maior vitória de Luiz Rocha’. [...] os professores tocantinos ironizaram o consternamento dos dirigentes estaduais da APEMA com a asserção retórica do governador Luiz Rocha [...] ‘Nossos representantes estaduais jamais deveriam cometer a ingenuidade de conceber que o governador é o primeiro a tentar resolver problemas com palavras, ou o último a não materializar com atos seus compromissos’, acentuou o presidente da APPI, Válber Miranda [...]. (*O Imparcial*, 15 nov. 1985, p. 14).

Na assembleia que decidiu pela suspensão do movimento, havia cerca de 600 professores e, de acordo com o publicado n’*O Imparcial* (24 nov. 1985, p. 2), “se notava o desgaste sofrido com a paralisação de dez dias e todos [sic] que já no fim do ano, continuar com o movimento grevista não lhes renderia grandes vantagens”.

3.1 O Desfecho

O início do ano letivo de 1986 estava previsto para 17 de fevereiro. E os professores da rede estadual de ensino, até então, continuavam apenas com as promessas que haviam sido produzidas como sequelas das mesas de negociações do ano anterior. A diretoria da APEMA vinha, constantemente, se reunindo com Leda Tajra, na ocasião, Secretária de Educação, com a finalidade de obter uma devolutiva do Estado acerca das reivindicações da categoria (*O Imparcial*, 7 fev. 1986). Mas, embora o governo tenha tentado postergar o movimento fazendo uso de vários mecanismos, a retomada foi inevitável.

Em assembleia realizada no dia 15 de fevereiro, os professores decidiram por não iniciar o ano letivo e, na ocasião, formaram o comando de greve com 21 docentes da base, do interior, da capital e diretores da entidade (*O Imparcial*, 7 fev. 1986). O Governo do Estado, na pessoa de

Leda Tajra, já falava em cortar o ponto dos professores e assegurava na imprensa que aquela era uma greve ilegal. Mas, a paralisação continuou e durante passeata, realizada no dia 21 de fevereiro de 1986, os professores, num gesto de ousadia, ocuparam a Secretaria de Estadual de Educação por algumas horas.

Imagem 4 – Passeata do dia 21 de fevereiro de 1986



Fonte: *O Imparcial* (22 fev. 1986, p. 8).

No registro fotográfico desse importante momento do associativismo maranhense, que localizamos em nossas pesquisas, a professora Lucimá Goes, discursa ao microfone durante a mobilização docente. Notem que parte da multidão de professores, que participava do ato naquele nevrálgico instante da história da educação maranhense, tomou a sacada do prédio da Secretaria de Educação e, conforme relataram alguns dos seus participantes, entoavam o hino nacional, cantos e palavras de ordem em defesa da escola pública, gratuita e laica no Brasil.

O *Imparcial* veiculado no dia 22 de fevereiro de 1986, ao descrever a manifestação, informou que a direção da APEMA, talvez, por questões de segurança, procurou evidenciar que aquela era uma ação sem qualquer motivação política e que as exigências eram *apenas* por “melhores condições de trabalho e um salário condigno”.

A professora Maria Dolores Silva, ao nos conceder entrevista, revelou suas impressões sobre aquele decisivo momento de sua atuação, comentando os seus resultados e as contradições que estavam presentes no seu transcurso:

[...] foi uma greve vitoriosa, eu diria que... fez com que a imprensa maranhense que era absolutamente marrom (continua sendo hoje, não é?), tivesse que falar do que estava

acontecendo, né?! Que era a propalada Lei do Cão Lá, né?! Que era uma lei que tirava todos os direitos de qualquer estabilidade, de qualquer seguridade dos professores, então olhando assim de fora, não foi algo pequeno, ela teve grande repercussão, agora o caráter político muito pobre. Do ponto de vista político, muito pobre. (Entrevista concedida em: 16 jan. 2016).

As lutas empreendidas pela APEMA tinham a predominância dos interesses econômico-corporativas da categoria que representava. Contudo, é preciso reconhecer que na sociedade do capital, essas questões estão imbuídas de fortes componentes políticos e sociais, como também conceber que esse viés apontava para despertá-los para o processo de constituição de uma consciência política classista que se faz na cotidianidade das experiências socialmente produzidas.

Várias reuniões aconteceram entre a APEMA e a Secretaria de Educação ficando definida a constituição de uma comissão paritária para reformulação do Estatuto do Magistério (*O Imparcial*, 26 fev. 1986). Ao mesmo tempo, todas as contrapropostas do governo com o objetivo de suspender a paralisação vinham sendo negadas pelo comando de greve, visto que o atendimento da principal reivindicação da categoria, que aspirava melhores condições de vida, não estava na ordem do dia.

O governador já não recebia mais a comissão da associação, alegando que não iria negociar sob qualquer pressão. Por esses dias, os dirigentes da CPB, Niso Prego e Kleber Montezuma, também foram ao Maranhão com o papel de mediar as negociações, além de conhecer a realidade local no intuito de levar as reivindicações ao então Ministro da Educação, Jorge Bornhausen (*O Imparcial*, 8 mar. 1986).

No intuito de inferiorizar a categoria, Luiz Rocha, quando questionado sobre a situação instaurada no Estado por ausência de negociação com o professorado, ironizou:

[...] 'lamento que as minhas queridas professoras estejam dando um atestado ao público de desconhecimento do Decreto 2.383, que eu considero como sendo um pacote de medidas restritivas. Lá estão as regras de reajuste salarial'. Na opinião do governador 'o professor tem um dever: educar e ajudar a ensinar'. (*Jornal Pequeno*, 10 mar. 1986, p. 6).

O decreto a que Luiz Rocha fez menção se referia, na verdade, aos Decretos-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, e nº 2.284, de 10 de março desse mesmo ano, que dispunham sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário: o Plano Cruzado. Essa mirabolante proposta econômica, em seu bojo, congelou o preço de produtos, mercadorias e serviços, inclusive dos aluguéis de imóveis, e estabelecia regras rígidas para o aumento dos salários.

A burocracia burguesa instrumentalizada pelo Estado, tendo à frente o governador Luiz Rocha, no papel de exímio representante, nada mais fez do que cumprir, com louvor, a sua função.

Conforme apareceu publicado nas páginas d'*O Imparcial*, foram diversas as intervenções realizadas pela APEMA: atos cívicos, piquetes sob a ameaça da cavalaria, reuniões com os dirigentes da CPB, encontros com deputados, mesas de negociação com a Secretaria de Educação, audiências com o delegado regional do trabalho (*O Imparcial*, 1º mar. 1986). Em contrapartida, notas do governo do Estado eram publicadas regularmente no Jornal Pequeno, na tentativa de influenciar a opinião pública, quanto a “ilegalidade da greve”.

No Liceu Maranhense, receosos de perderem seus empregos, 18 professores contratados estavam ministrando aulas normalmente. Mas, os estudantes decidiram não comparecer as aulas em apoio ao movimento grevista (*O Imparcial*, 15 mar. 1986). No Colégio Governador Matos Carvalho, os alunos fizeram abaixo-assinado exigindo que o governador atendesse as demandas de seus professores (*O Imparcial*, 20 mar. 1986).

Nesse período histórico de efervescência e insubordinação da classe trabalhadora no Brasil, os professores públicos da rede estadual dos Estados do Pará e do Ceará também deflagraram movimentos grevistas, tendo suas reivindicações enormes semelhanças com as do professorado maranhense. No Rio de Janeiro, as mobilizações também estavam sendo empreendidas na luta pelo piso salarial (*O Imparcial*, 13 mar. 1986; *O Imparcial*, 19 mar. 1986).

A greve já ultrapassava os trinta dias, e mesmo depois de recorrerem ao então ministro do trabalho, Almir Pazzianotto, que foi a São Luís para ouvir a categoria; e ao presidente José Sarney, que também recebeu, das mãos do professor Kleber Montezuma, uma cópia de contracheque dos professores, mas, objetivamente, esses encontros e gestos políticos foram estéreis, não obtiveram resultado e nenhum ganho salarial foi obtido pela categoria, mesmo com próprio presidente da República prometendo que entraria em contato com o governador Luiz Rocha pedindo que tomasse as “providências cabíveis no que diz respeito à questão” (*O Imparcial*, 19 mar. 1986, p. 2).

Como resposta ao pedido presidencial, o governador Luiz Rocha ofereceu o prazo de 48 horas à categoria para retomarem suas atividades, caso contrário, cortaria o ponto daqueles que se recusassem a fazê-lo. Os professores, por seu turno, conforme registrado maliciosamente

pela imprensa, “invadiram” a Assembleia Legislativa em busca de apoio político (*O Imparcial*, 21 mar. 1986).

No momento em greve passou dos quarenta dias de duração, os professores se revezavam num acampamento erguido em frente ao Palácio dos Leões.

E eu lembro que os professores acamparam na frente do Palácio do Governo por mais de um mês, mais de um mês ficaram acampados lá e, o que eu achei interessante, é que embora todo o conservadorismo que havia ali, ali da APEMA, mais teve uma grande solidariedade da sociedade em relação aos professores da época. (MARIA DOLORES SILVA. Entrevista concedida em: 16 jan. 2016).

O andamento do movimento paredista era crítico, desgastante e os professores não tinham como obter novas fontes de renda. O corte do ponto fez com que a categoria começasse a retornar às salas de aula, enquanto alguns poucos resistentes lutavam para convencer o professorado a não retroceder. Com a greve às vésperas de atingir dois meses de duração, a imprensa começou a divulgar notas amedrontarias sobre uma possível articulação da Secretaria de Educação, no intuito de iniciar um processo de demissão em massa do professorado maranhense.

Segundo fontes dos Palácios dos Leões, o Governador Luiz Rocha decidiu ontem, adotar medidas para garantir o imediato funcionamento de toda rede escolar do Estado. Entre as medidas estão duas de grande impacto social: a demissão dos professores em greve e a abertura de inscrições para a admissão de novos docentes que serão lotados nas salas onde não está havendo aula. Quer o Governador com isso, assegurar às crianças sem aulas há quase dois meses, o direito de estudar. Segundo os informantes, Luiz Rocha determinou que a Secretaria de Educação efetive providências visando a proceder a identificação da situação funcional de cada um dos faltosos. (*O Imparcial*, 9 abr. 1986, p. 1).

O mesmo teor coercitivo da nota publicada pelo jornal *O Imparcial* também foi disseminado por praticamente todos os meios de comunicação locais. Possivelmente, mais um artifício do governo para enfraquecer o movimento.

Uma comissão formada pelo então delegado regional do trabalho, Paulo Marinho e o Deputado Gervásio Santos, tentou intermediar o fim da paralisação, mas a categoria reunida em assembleia, no dia 10 de abril, decidiu mais uma vez que, mesmo depois de receberem “advertência publicada no Diário Oficial” e ficarem sem seus salários, manteriam o movimento, recusando a contraproposta de Luiz Rocha (*O Imparcial*, 10 abr. 1986, p. 1).

Contudo, no dia seguinte, uma nova mesa de negociação foi realizada. Desta vez, a professora Lucimá Goes esteve presente junto ao deputado Gervásio Santos e o representante

do órgão do trabalho, Paulo Marinho. A edição do jornal O Imparcial, de 12 de abril, trouxe, em sua capa, a seguinte manchete: “Greve dos professores tem fim dramático em São Luís” e ainda afirmava que a “a decisão foi acertada na véspera e a Assembleia Geral apenas concordou com a direção da APEMA”.

De acordo, com o relato jornalístico, Lucimá Goes “concordou com as posições do governador Luiz Rocha que disse não poder no momento atender à reivindicação de um piso de três salários mínimos [...]”. A contraproposta que pôs fim ao movimento foi de um aumento de 22,4%, mas esse percentual chegou a ser maior durante as mesas de negociação, na casa dos 33%; formação de uma comissão paritária para reformulação do Estatuto do Magistério; e suspensão das demissões (*O Imparcial*, 12 abr. 1986, p. 2).

Na entrevista que nos foi concedida, pela professora Lucimá Goes, questionamos sobre quais haviam sido os motivos do fim da paralisação. Para a líder do associativismo docente maranhense:

[...] o governador era uma pessoa muito grosseira, não queria nem chegar perto da gente, ele inclusive suspendeu salários na época, e a greve acabou porque nós tivemos informações seguras de ameaças de demissão de muita gente, e as pessoas já não tinham um salário que prestasse, ainda mais demitido?! Então nós tentamos negociar mais uma vez, mas teve gente que foi contra o fim da greve. Mas a gente tem que lutar pra vencer e não pra perder totalmente tudo da gente, assim que eu pensava e muita gente também pensava assim. E eu recordo que o Jornal O Imparcial meteu a lenha porque era [...] do PDT. Então tinha muito haver com política o posicionamento das pessoas, não havia um olhar sobre a questão da categoria, do professor enquanto professor, das necessidades deles, dos problemas dele, não, era muita política. E eu sei que a greve foi sustentada muito pela oposição, e depois eu vi que as pessoas que se manifestavam eram mandadas de alguém, e eu vi que isso não era bom para o movimento. (Entrevista concedida em: 24 jan. 2016).

Com efeito, muitas críticas foram publicadas pelo periódico fazendo referência ao ponto final deferido ao movimento paredista. E, de fato, após 54 dias de greve os professores acabaram retornando ao trabalho sem conquistar a exigência que motivou a maior greve no serviço público maranhense até aqueles dias realizada em sua história.

Essa importante experiência social e política dos professores trouxeram elementos constitutivos do movimento associativista, digno de ser registrado, na história de uma categoria em franco processo de preparo de suas ulteriores formas de intervenção social e que sinalizava a

configuração de uma nova perspectiva da organização dos trabalhadores em educação que atuavam no serviço público maranhense.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqueles que clamam pelos vereditos e pelos ensinamentos históricos deveriam estar cientes de que Clio não nos oferece lições tranquilizadoras, mas pode nos ajudar a compreender as repercussões do passado em nosso próprio presente, como também contribuir na superação das visões idealizadas que se produzem a seu respeito, como por exemplo, quando no campo educacional se afirma que as condições do trabalho docente eram melhores e mais favoráveis ao exercício de sua autonomia e liberdade de cátedra nos dias idos do que na atualidade, desconsiderando a materialidade histórica e dialética que demonstram que os processos de precarização e proletarianização do trabalho docente são extremamente remotos na sociedade brasileira.

As ações desencadeadas pela APEMA, a partir das paralisações de 1985 e 1986, comprovam que as lutas por melhoria dos salários e das condições de trabalho e de ensino nas escolas não traduzem nenhuma novidade histórica, mais do que isso, caracterizam o crônico descaso governamental com a questão educacional em nosso país. Exemplo disso é que a proposta de reformulação do Estatuto do Magistério – Lei nº 4.738, de 14 de outubro de 1986, realizada pela comissão paritária no período posterior aos movimentos grevistas, e publicada no Diário Oficial nº 209, de 30 de outubro de 1986, não logrou êxito. Ocorre que o governador Eptácio Cafeteira, logo nos primeiros meses de mandato, revogou essa lei alegando inconstitucionalidade.

Durante o governo de Eptácio Cafeteira (a partir de 1987) há registros de que a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bem como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), começaram o ano em greve. Os professores da rede pública municipal de São Luís realizaram diversas paralisações exigindo a efetivação do seu Estatuto. O Sindicato de Professores de São Luís, apesar de representar docentes de escolas particulares, também aparece travando fortes embates frente ao setor patronal.

A APEMA realizou várias mobilizações e os professores da rede estadual chegaram a conquistar um reajuste substancial devido aos surtos inflacionários do período, mas por esse

mesmo motivo rapidamente tiveram seus salários depreciados. A reivindicação já era por um piso de cinco salários mínimos, pagamento das progressões horizontais e verticais atrasadas e, uma proposta chegou a ser entregue ao então governador Epitácio Cafeteira.

É possível perceber, ainda, que a participação ativa da APEMA, nos eventos da CPB fortaleceram deveras as relações entre as entidades. Lucimá Goes, nesse período fazia parte da diretoria executiva dessa confederação como vice-presidente da Região Nordeste I, e, em nome da associação, procurava estar presente em todos os eventos nacionais. Por outro lado, algumas querelas, inclusive, se formaram a esse respeito provocando insatisfação entre o professorado, argumentavam ser antidemocrático o processo de escolha dos delegados.

Em nota publicada pelo Sindicato dos Professores a professora Florilena Aranha criticou a APEMA por ter impedido a “justa representação do professor maranhense no XX Congresso da CPB” (*O Imparcial*, 22 dez. 1986, p. 7). A nota também informava ter sido alterada o local e os dias de inscrição divulgado por meio do edital de 20 de novembro de 1986, sem comunicar aos professores.

A presença dessas contradições no seio da entidade fez com que a APEMA oscilasse entre força e debilidade no período pós-greve. Força na perspectiva do seu crescimento e visibilidade social na defesa da educação pública maranhense, fraqueza manifesta nas contraposições explícitas, do ponto de vista organizacional expressas nas divergências comumente conflitantes, com origem e processos de burocratização e dificuldades na renovação dos quadros dirigentes, nas concepções políticas e interesses intrínsecos a cada um dos líderes sindicais.

Outro aspecto que requer notoriedade reside na elevação da consciência política da entidade evidenciada pelo interesse em promover discussões pautadas nas questões educacionais e políticas nacionais. Ao analisar as programações de eventos realizados pela APEMA, é possível notar que em seus primórdios havia uma centralidade nos debates em torno dos problemas locais. Nos períodos que se sucederam após a greve os interesses da categoria se ampliaram e, entendemos que foram as lutas coletivas responsáveis por essas preocupações mais amplas e abertas ao diálogo com as entidades do magistério de todo o país.

As greves de 1985 e 1986, da rede pública estadual no Maranhão, se apresentam como inéditas devido a algumas características particulares inexistentes nos movimentos que haviam eclodido no estado até então. A participação espontânea de professores da rede estadual

atuantes nos vários municípios fortaleceu o movimento. Os debates, antes centralizados nos problemas locais, agora se mostravam parte de um todo, exigindo-lhes tanto a compreensão e o posicionamento diante das políticas educacionais, quanto das táticas e comportamentos sindicais que passariam a ser compreendidos como, igualmente, importantes.

Para a grande maioria dos professores aquela era a primeira greve da qual participavam e que fora deflagrada em um tempo marcado por forte repressão e adversidades para os que se dispunham a lutar em defesa das causas sociais. Mas também para as suas lideranças constituía-se num instante de aprendizado e que, entre os erros e os acertos que foram sendo configurados ao longo do movimento paredista, a contrapelo inscreviam essas experiências nas páginas da história social da educação brasileira.

5 REFERÊNCIAS

- BAUER, C. et al. (Org.). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil*. Jundiá: Paco, 2015. v. 2.
- BORGES, A. S. *PT Maranhão 1982-1992: origens, organização e governos municipais*. São Luís: UFMA, 2008.
- CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- DAL ROSSO, S. (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília, DF: Paralelo 15, 2011.
- FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Terras do Sonhar: Pulsar, 2006.
- RODRIGUES, A. A visão da imprensa sobre a greve estudantil de 1979: primeiras aproximações. In: MOYA, A. M. (Coord.). *Evidencias, conjeturas y hallazgos en torno a la Historia de la educación latinoamericana*. México: Amaya, 2015. p. 1262-1280.
- SILVA, R. S. C. *O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato*. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária – v. 1. A árvore da liberdade. – v. 2. A maldição de Adão. A força dos trabalhadores – v. 3.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

(Sem autoria). 30 mil professores vão parar amanhã. *Jornal Pequeno*, 31 out. 1985, p. 1.

(Sem autoria). A nova associação do Maranhão. *O Imparcial*, São Luís, 14 out. 1976, p. 4.

(Sem autoria). APEMA apud *Jornal Pequeno*, 10 nov. 1985, p. 2.

(Sem autoria). De barriga vazia mestre não vai à classe. *O Imparcial*, São Luís, 30 out. 1985, p. 2.

(Sem autoria). Greve ameaça as eleições em São Luís. *O Imparcial*, São Luís, 30 out. 1985, p. 1.

(Sem autoria). *Jornal Pequeno*, 07 nov. 1985, p. 3.

(Sem autoria). *Jornal Pequeno*, 10 mar. 1986, p. 6.

(Sem autoria). *Jornal Pequeno*, 1º nov. 1985, p. 2.

(Sem autoria). *Jornal Pequeno*, 7 nov. 1985, p. 3.

(Sem autoria). Mestres em compasso de espera. *O Imparcial*, São Luís, 12 nov. 1985, p. 7.

(Sem autoria). O apelo de dez mil barrados na praça. *O Imparcial*, São Luís, 7 nov. 1985, p. 2.

(Sem autoria). *O Estado do Maranhão*, 17 nov. 1985, p. 7.

(Sem autoria). Passeata monstro dos professores pára numa barreira de policiais. *O Imparcial*, São Luís, 7 nov. 1985, p. 7.

(Sem autoria). Professores “assinam ponto” e avaliam os 12 dias de greve. *O Imparcial*, São Luís, 9 nov. 1985, p. 7.

(Sem autoria). Professores da rede estadual também parados. *O Imparcial*, São Luís, 1º nov. 1985, p. 1.

(Sem autoria). Professores decididos. *O Imparcial*, São Luís, 1º nov. 1985, p. 3.

(Sem autoria). Professores em greve geral. *Jornal Pequeno*, 3 nov. 1985, p. 1

(Sem autoria). Professores em passeata até os Leões. *O Imparcial*, São Luís, 7 nov. 1985, p. 1.

(Sem autoria). Professores exigem aumento. *O Imparcial*, São Luís, 6 out. 1985, p. 5.

(Sem autoria). Professores paralisam suas atividades. *O Imparcial*, São Luís, 31 out. 1985, p. 1.

(Sem autoria). Professores retomam as aulas. *O Imparcial*, São Luís, 19 nov. 1985, p. 1.

(Sem autoria). Professores também têm estômago. *O Imparcial*, São Luís, 12 nov. 1985, p. 7.

(Sem autoria). Só o medo de represália acaba greve. *O Imparcial*, São Luís, 14 nov. 1985, p. 7.

(Sem autoria). Suspensa a greve dos professores por dez dias. *O Imparcial*, São Luís, 14 nov. 1985, p. 5.

Recebido em 20 de julho de 2017.

Aceito em 2 de fevereiro de 2018.